

ÀS MARGENS: A PERCEÇÃO DO PODER PÚBLICO EM *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

BRENO PENTAGNA
Universitat de Barcelona

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de apresentar a percepção do poder público brasileiro em *Quarto de despejo* (1960), primeiro livro publicado por Carolina Maria de Jesus. O livro obteve um enorme e imediato sucesso editorial, devido, em grande parte, à singularidade da própria autora: mulher negra e periférica, catadora de lixo e escritora. Porém, poucos anos após o seu lançamento, a autora e sua obra caíram em um longo esquecimento. No diário, Carolina faz diversas observações sobre os órgãos do Estado e a atuação dos seus representantes. Ela denuncia o projeto de desenvolvimento vigente na época, que ignorava as classes mais baixas, e a incapacidade dos representantes políticos e instituições estatais para compreender os problemas derivados da desigualdade social do país. Desse modo, vem à tona a invisibilidade da população periférica nas políticas públicas. O artigo analisa uma relação de trechos de *Quarto de despejo* que ilustram essa percepção do poder público brasileiro e, ao mesmo tempo, destacam a atualidade do livro de Carolina Maria de Jesus.
PALAVRAS-CHAVE: Carolina Maria de Jesus; *Quarto de despejo*; Poder público; literatura brasileira; marginalidade na literatura.

ALS MARGES: LA PERCEPCIÓ DEL PODER PÚBLIC
A *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

RESUM: L'objectiu d'aquest article és presentar la percepció del poder públic brasiler a *Quarto de despejo* (1960), primer llibre publicat per Carolina Maria de Jesus. El llibre va obtenir un èxit editorial immediat degut, en gran part, a la singularitat de la mateixa autora: dona negra i perifèrica, recollidora de cartrons i escriptora. Però pocs anys després de la publicació, tant l'autora com l'obra van caure en l'oblit. En el seu diari, Carolina fa algunes observacions sobre els òrgans de l'estat i l'actuació dels seus representants. Denuncia el projecte de desenvolupament d'aquell temps, que ignorava les classes més baixes, i la incapacitat dels representants polítics i les institucions estatals per comprendre els problemes derivats de la desigualtat social del país. D'aquesta manera, crida l'atenció sobre la invisibilitat de la població pobra de la perifèria urbana per a les polítiques públiques. L'article analitza una sèrie de fragments de *Quarto de despejo* que il·lustren aquesta percepció del poder públic brasiler i, alhora, mostren l'actualitat del llibre de Carolina Maria de Jesus.
PARAULES CLAU: Carolina Maria de Jesus; *Quarto de despejo*; poder públic; literatura brasilera; marginalitat en la literatura.

ON THE MARGINS: THE PERCEPTION OF PUBLIC POWER
IN *QUARTO DE DESPEJO* BY CAROLINA MARIA DE JESUS

ABSTRACT: This article aims to present the perception of Brazilian public power in *Quarto de despejo* (1960), the first book published by Carolina Maria de Jesus. The book achieved enormous success upon publication, largely due to the uniqueness of the author herself: a black and marginalized woman, waste collector and writer. However, a few years after its release, the author and her work fell into a long oblivion. In the diary, Carolina makes several observations about state bodies and the actions of their representatives. She denounces the development project in force at the time, which ignored the lower classes, and the inability of political representatives and state institutions to understand the problems arising from the country's social inequality. In this way, the invisibility of the marginalized population in public policies comes to light. The article analyzes a list of excerpts from *Quarto de despejo* that illustrate this perception of Brazilian public power and, at the same time, highlight the timeliness of Carolina Maria de Jesus' book.

KEYWORDS: Carolina Maria de Jesus; *Quarto de despejo*; public power; Brazilian literature; marginality in literature.

Quarto de despejo, o primeiro livro de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960, foi um grande sucesso editorial. O interesse despertado por um diário sobre a favela escrito por alguém da própria favela superou todas as expectativas: tornou-se rapidamente o livro mais vendido no Brasil, foi traduzido para treze idiomas¹ e circulou em mais de quarenta países. Do dia para a noite, Carolina Maria de Jesus era jogada ao estrelato, entrando na cena literária brasileira como um bicho raro: negra e favelada, mãe de 3 filhos, catadora de material reciclável e escritora. Os editores e a mídia souberam vender muito bem todo o exotismo que a cercava.

O jornalista Audálio Dantas, responsável pela edição de *Quarto de despejo*, conheceu Carolina em 1958, quando preparava uma reportagem sobre a favela do Canindé. O repórter ficou tão impressionado com o material produzido por ela, cerca de «vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco» (Dantas 1993: 3), que desistiu de escrever a reportagem. Resolveu, então, publicar aquele material. Dantas fez cortes — «a repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva» — e selecionou «os trechos mais significativos» (Dantas 1993: 3).

¹ Há divergências quanto a esse número. Luísa Arantes Bahia (2019: 28-29) localizou quatorze edições traduzidas de *Quarto de despejo* entre 1961 e 1965 (alemão, catalão, dinamarquês, espanhol, francês, holandês, húngaro, inglês, italiano, japonês, polonês, romeno, sueco e tcheco), além de duas traduções mais recentes (persa, em 1999, e turco, em 2002).

Assim, o livro é, na verdade, um recorte descontínuo das páginas dos diários de Carolina Maria de Jesus. As anotações começam no dia 15 de julho de 1955, continuam até o dia 28 de julho do mesmo ano, sendo retomadas apenas em 2 de maio de 1958. Desta data até a última anotação, no dia 1º de janeiro de 1960, há ainda algumas interrupções. Apesar dessa descontinuidade temporal, a autora é capaz de manter uma coesão discursiva através de uma estruturação do dia que se repete continuamente (Vogt 1983). Começa com Carolina indo de manhã cedo buscar água na torneira que abastece todas as casas do Canindé. Ali, costuma conversar com as vizinhas enquanto espera a sua vez. Volta para casa e prepara, com o que tem, alguma coisa para os filhos. Sai para trabalhar, recolhendo o que pode para depois vender e, assim, comprar algum alimento para a família comer nesse mesmo dia. Nem sempre consegue. Há uma urgência em todas essas atividades, quase sempre permeadas pela miséria. Essa constância acaba por preencher os vazios cronológicos e não deixa o leitor perceber as rupturas temporais. Ao mesmo tempo, vão sendo apresentadas situações novas que atravessam a rotina da protagonista.

A despeito do olhar midiático que a encaixava em um estereótipo de favelada e limitava excessivamente o seu papel como escritora, Carolina demonstra uma profunda consciência do seu lugar de fala, mesmo sentindo-se diferente dos vizinhos. A autora apresenta um retrato particular da sua realidade, não só pelo conteúdo — que mistura miséria e lirismo, mas também pela forma. A sua escrita reflete a fala urbana popular brasileira do século xx. De certo modo, indica as mudanças linguísticas assentadas na linguagem oral e popular. Ao mesmo tempo, Carolina utiliza registros considerados cultos, como a ênclise em «convidou-me para cantar» ou «o Sol está elevando-se» (1960: 47), e palavras eruditas, em vez dos seus sinônimos mais populares, como em «o odor dos excrementos que mescla com o barro podre» (1960: 47).

O olhar e o lirismo da autora estão presentes de um modo singular no material final. Carolina Maria de Jesus cria uma alegoria da cidade, mais especificamente da cidade de São Paulo, em que o «palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos»² (Jesus 1960: 41). Algumas páginas mais à frente, a favela passa

² As citações referentes a *Quarto de despejo* mantêm a ortografia e a sintaxe utilizadas na edição citada, que, segundo o seu editor, correspondem-se àquelas usadas nos cadernos da autora.

a ser o quarto de despejo, imagem à qual a autora recorrerá reiteradamente até o final do diário.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus 1960: 47).

Assim, por um lado, Carolina Maria de Jesus apresenta uma narrativa marcada pela realidade opressiva que a cerca, mas, por outro, é capaz de ler a poesia dessa mesma realidade. Segundo Luiz Eduardo Amaral (2003: 58), fica nítida uma «utilização poética» da realidade por parte da autora, que é expressa em uma constante «preocupação com a sonoridade e o sentido no emprego das palavras».

É sua maneira particular de encarar a realidade, os fatos cotidianos. E de descrevê-los não apenas como uma reportagem ou transcrição dos acontecimentos, mas filtrando-os através de sua subjetividade particular, de seu pensamento poético. A própria percepção da autora, descrita em seu diário, denota uma atenção especial às palavras (Amaral 2003: 57).

A narradora do diário³ se autodefine como uma «poeta do lixo», e a alegoria criada por ela do quarto de despejo encaixa perfeitamente nesse papel, já que é para o quarto de despejo onde o lixo da cidade é jogado. E é dali, da favela, de onde ela observa e recolhe os restos que lhe chegam a fim de escrever uma nova história, oculta para a maioria da população brasileira. Carolina, catadora de papel, também cata palavras e relatos que são ressignificados a partir do seu lugar de fala. Afinal, ao contrário do poder público e dos «poetas de salão», um poeta do lixo entende e se comove com a tragédia cotidiana do povo.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembléia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palacio do Governo. Foi lá que eu vi ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lagrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do

³ Para uma análise mais aprofundada sobre a marca pessoal e original da voz narradora em *Quarto de despejo* a partir da perspectiva da escrita do *eu*, ver Perpétua (2014).

lixo, os idealistas das favelas, um espectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo (Jesus 1960: 67-68).

Com efeito, além de entender e se comover com essa tragédia, Carolina de Jesus a vivia diariamente. Com a sua escrita, o favelado — periférico e miserável — torna-se protagonista da sua própria história e, pela primeira vez na história da literatura do país, essa autorrepresentação chega ao grande público. «O diário de Carolina representou um ponto de desvio no andamento da produção intelectual brasileira» (Meihsy 1998: 87). Certamente, essa mudança de perspectiva é uma das razões para o sucesso de vendas do livro, lançado no final do hiato democrático que vai do fim da ditadura varguista, em 1945, até o golpe militar de 1964, período marcado por um particular interesse pelas culturas populares e pelo advento da mídia de massa, especialmente da televisão, que se mostrou «aberta a dar vazão a denúncias sociais» e, no caso particular de Carolina de Jesus, «encurtou as distâncias entre ela e o grande público», de modo que a escritora «se viu transformada em uma espécie de bonequinha negra de uma sociedade que aprendera a ser flexível» (Meihsy 1998: 88).

Após a sua publicação, *Quarto de despejo* ganhou matérias em jornais e revistas de todo o mundo e alçou a autora à condição de celebridade, permitindo que conhecesse vários países e participasse de congressos e festivais literários. Gravou até mesmo um disco com composições musicais próprias⁴ e, em 1961, o livro se transformou em peça de teatro.⁵ Devido ao menor interesse pela cultura popular e ao seu posicionamento político, Carolina Maria de Jesus caiu no ostracismo após o golpe militar de 1964.⁶ Carlos Vogt (1983: 205) afirma que «os mecanismos sociais que promoveram o seu destaque laboraram também o seu esquecimento». Segundo Fernandez (2015: 157), «a escritora foi aceita somente enquanto elemento exótico de representação da mulher brasileira de baixa renda; daí o fato de sua fama não ter sido capaz de fazer com que seu valor recaísse sobre o trabalho intelectual que desempenhou».

⁴ *Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus cantando suas composições* (RCA Victor, 1961).

⁵ A adaptação do livro para o teatro, de Edy Lima, foi dirigida por Amir Haddad e estrelada por Ruth de Souza.

⁶ Carolina Maria de Jesus publicara em 27 de março de 1964 uma carta-manifesto em que apoiava as reformas propostas pelo então presidente da República, o político de esquerda João Goulart, que seria deposto três dias depois com a execução do golpe militar. Ver Farias (2021: 22-23).

Depois do longo período de esquecimento, Carolina Maria de Jesus e o seu legado literário têm sido amplamente estudados nas universidades brasileiras e estrangeiras desde a última década do século passado. De fato, em 2021 a UFRJ concedeu-lhe postumamente o título de doutora honoris causa pela importância da sua obra. Existe uma abundante produção de teses, artigos científicos e livros que analisam a autora e os seus textos, publicados ou não publicados, a partir de diferentes perspectivas.⁷

O pensamento e obra de Carolina de Jesus permanecem bastante atuais. Ela é, provavelmente, a maior referência para a literatura de autoria negra e periférica surgida nas últimas décadas, com nomes como Conceição Evaristo e Ferréz. O atual interesse pela sua obra também reflete o nosso próprio presente e a constante luta por um país menos excludente. O seu ressurgimento pode ser relacionado com a redemocratização do país e o fortalecimento dos movimentos negro e feminista, e daqueles ligados às culturas populares.

O artigo aqui apresentado consiste em uma primeira aproximação à percepção do poder público em *Quarto de despejo* a partir dessa atualidade. Apesar de comentada em diversos trabalhos,⁸ entende-se que essa percepção não foi ainda trabalhada de maneira sistemática.

1. A PERCEPÇÃO DO PODER PÚBLICO EM *QUARTO DE DESPEJO*

Antes de entrar no tema propriamente dito, gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, é importante ressaltar o que se entende aqui como poder público. Trata-se do conjunto dos órgãos públicos com autoridade para

⁷ Para comprová-lo, basta fazer uma rápida pesquisa com o seu nome em bibliotecas científicas digitais como Scielo, Academia.edu ou o Portal de Periódicos da CAPES.

⁸ Peregrino (2016), por exemplo, destaca a denúncia que Carolina realiza do «descaso do poder público para com os pobres enquanto o país vivia a «Era JK» e a bossa nova». Meihy (1998: 87) diz que «sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes, de desenvolvimento econômico e programa social, encetados por governos federais em nome da modernização do país». Fernandez (2015) encontra diversas críticas ao sistema de poder nos manuscritos do seu espólio literário, em que Carolina Maria de Jesus faz uso do humor e da ironia, porém, a pesquisadora as analisa para ilustrar o processo criativo da autora.

realizar os objetivos do Estado, em que são incluídos todos os seus representantes, mesmo aqueles que, em um determinado momento, não estão exercendo esse poder, mas que, no entanto, já o exerceram ou são candidatos a exercê-lo.

Em segundo lugar, a percepção à qual nos referimos é a da narradora de *Quarto de despejo*. Se, por um lado, é verdade que o material foi «filtrado» pela perspectiva de Audálio Dantas, o jornalista responsável pela edição do livro, por outro, entende-se que, mesmo assim, o que emerge dele é a voz de uma «mulher negra e subalterna que não apenas tem uma aguçada percepção dos mecanismos de exploração a que está submetida e seu papel de interlocutora e mediadora da «gente favelada», mas também faz de seu impressionante relato testemunhal um objeto de denúncia e luta» (Almeida 2013:141).

Mais do que a visão de uma favelada sobre o poder público, que também é, trata-se da visão de Carolina Maria de Jesus, mulher singular, que escreve com consciência da sua escrita e intenções de publicar aquele material. A narradora afirma que «aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros» (1960: 46). Ademais, como afirma Fernandez (2015: 71), a «política para Carolina de Jesus é imanente à sua poética, está intrinsecamente ligada a ela, atingindo a medula de sua criação».

2. OS «REPRESENTANTES» DO POVO

Fui fazer compras no japonês. Comprei um quilo e meio de feijão, 2 de arroz e meio de açúcar, 1 sabão. Mandeí somar. 100 cruzeiros. O açúcar aumentou. A palavra da moda, agora, é aumentou. Aumentou!

Isto me faz lembrar esta quadrinha que o Roque fez e deu-me para eu incluir no meu repertório poético e dizer que é minha:

Político quando candidato
 Promete que dá aumento
 E o povo vê que de fato
 Aumenta o seu sofrimento! (JESUS 1960: 168).

Ao longo de toda a obra aparecem diversos nomes da cena política brasileira dos anos 50. Destacam-se, pela repetição, grandes nomes do poder executivo, como o ex-governador de São Paulo e prefeito, a partir de 1957, da sua capital,

Ademar de Barros;⁹ o ex-prefeito e então governador de São Paulo, Jânio Quadros;¹⁰ e, claro, o presidente da República, de 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek.¹¹ Também se repete com frequência o nome do jornalista carioca Carlos Lacerda,¹² então deputado federal, figura midiática muito conhecida por seus ataques veementes ao movimento trabalhista e ao comunismo. De fato, Carolina Maria de Jesus o critica em várias ocasiões nas páginas de seu diário. Para ela, Lacerda era «muito inteligente. Mas não tem educação. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador» (Jesus 1960: 19).

Todos eles são homens brancos, representantes da elite brasileira, como a grande maioria dos políticos da época. Vivem em uma realidade distante das camadas mais pobres da população, que são vistas como um problema para o desenvolvimento do país. Jânio e Ademar, apesar de adversários na política paulista, não são exceção. Porém, também não são iguais.

—Senhor Germano, esta faixa é de que partido?

—Do Janio!

Ela rejubilou-se e começou a dizer que o Dr. Ademar de Barros é um ladrão. Que só as pessoas que não presta é que aprecia e acata o Dr. Adhemar. Eu e D. Maria Puerta, uma espanhola muito boa, defendíamos o Dr. Adhemar. D. Maria disse:

—Eu, sempre fui ademarista. Gosto muito dele, e de D. Leonor.

A Florenciana perguntou:

—Ele já deu esmola a senhora?

—Já, deu o Hospital das Clínicas (Jesus 1960: 23).

⁹ Ademar de Barros (1901-1969), político paulista, foi prefeito de São Paulo de 1957 a 1961 e governador do estado em três períodos, de 1938 a 1941, de 1947 a 1951, e de 1963 a 1966.

¹⁰ Jânio Quadros (1917-1992) foi governador de São Paulo, de 1955 a 1959, e chegou a ser presidente da República em 1961, porém, renunciou ao cargo apenas sete meses depois de assumi-lo. Também foi prefeito da cidade de São Paulo por duas vezes, de 1953 a 1955 e de 1986 a 1989.

¹¹ Juscelino Kubitschek (1902-1976), político mineiro, foi prefeito de Belo Horizonte e governador do estado antes de assumir a presidência da República, na qual esteve de 1956 a 1961. Foi o responsável pela criação de Brasília.

¹² Carlos Lacerda (1914-1977), político carioca de direita que sofrera no ano anterior um atentado que acarretou no desgaste político do presidente da República Getúlio Vargas e no seu suicídio. Foi deputado federal de 1955 a 1960 e governador da Guanabara, atual estado do Rio de Janeiro, de 1960 a 1965.

Constatam-se nesse pequeno diálogo duas visões sobre o papel dos supostos representantes do povo. Para o Senhor Germano a única coisa que se podia esperar desses políticos seria uma esmola, isto é, um benefício pessoal dado pelo político da vez, geralmente em época de eleição; enquanto no comentário irônico de Dona Maria Puerta, há uma valorização do político como executor de ações que visam o bem público, como a construção do Hospital das Clínicas, obra realizada por Ademar de Barros em seu primeiro mandato como governador de São Paulo.

Com a volta de Ademar à linha de frente como prefeito de São Paulo, em 1957, e o agravamento da fome por aqueles anos, a narradora já não lhe é tão condescendente. O aumento dos preços do transporte público, essencial para a locomoção de uma população que não dispõe de carro e mora em áreas periféricas da cidade, agravava aquela situação de miséria. E, no intuito de fazer valer a lei e a ordem em meio a tanta pobreza, havia cada vez mais policiais nas ruas, ônibus e bondes.

Uma senhora chamou-me para dar-me papéis. Disse-lhe que devido o aumento da condução a policia estava nas ruas. [...]

O Adhemar perdeu,¹³ aumentou as passagens. Um pouquinho de cada um, eles vão recuperando o que gastam. Quem paga as despesas das eleições é o povo! [...]

[...] Nos bondes que circulam vai um policial. E nos ônibus também. O povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palácio do Ibirapuera e na Assembléia e dar uma surra nestes políticos alinhavados que não sabem administrar o país. [...]

Várias pessoas estão dizendo que precisamos matar o Dr. Adhemar. Que ele está prejudicando o país. Quem viaja quatro vezes de ônibus contribui com 600,00 para a C.M.T.C. Deste jeito, ninguém mais pode (Jesus 1960: 161-162).

3. 50 ANOS EM 5

Juscelino Kubitschek, eleito presidente do Brasil em 1956, trouxe muitas esperanças aos lares brasileiros. Com o slogan «50 anos em 5» e o seu «Plano de Metas», prometia um desenvolvimento econômico rápido e a modernização

¹³Ademar de Barros, então prefeito de São Paulo, se afastou do cargo em 1958 para concorrer às eleições a governador do estado. Após a sua derrota, voltou à prefeitura da cidade.

do país através da sua industrialização. Efetivamente, tudo isso chegou, mas com um enorme custo para a população mais pobre.

Kubitschek possuía um grande poder de sedução, era um político astuto com ideias novas. A construção de Brasília, inaugurada pelo presidente em 1960, sintetizava todas essas ideias. O desenvolvimento econômico apresentava-se como uma oportunidade para reparar a histórica desigualdade social e o atraso de parte do país. No entanto, para essa rápida industrialização, foi preciso se endividar com financiamentos internacionais e permitir a entrada de capitais externos. Tudo isso gerou uma inflação elevada,¹⁴ que prejudicou especialmente as camadas mais baixas da população.

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome (Jesus 1960: 44).

As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015: 940) afirmam sobre os anos JK que «os desníveis de pobreza e desigualdade social entre campo e cidade e entre a Região Sudeste e o Nordeste eram imensos, e a situação de carência da população pobre mantinha-se inalterada: faltavam escolas, não havia saneamento básico nem acesso à saúde, o trabalhador rural continuava excluído da legislação protetora do trabalho». Com esse quadro, houve uma intensa migração do campo para a cidade e uma saturação dessas últimas, com um substancial aumento populacional das favelas. O olhar atento de Carolina o constatou. Ela diz que «a favela superlotou-se de nortistas», há «mais problemas e mais distrações. A favela ficou quente igual pimenta» (Jesus 1960: 95).

Realmente, a autora não esconde a sua decepção com o político mineiro. A inflação afetou o seu já escasso poder de compra;¹⁵ a fome batia à sua porta a cada dia e até alimentos populares como o arroz e o feijão se elitizaram. Carolina diz que eles «são os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona» (Jesus 1960: 55). A perda da fé em Juscelino

¹⁴ A inflação em 1957 foi de 7%, subiu para 24,4% em 1958, e atingiu 39,4% em 1959. In: Schwarcz e Starling (2015: 938).

¹⁵ Carolina escreveu a seguinte quadrinha sobre o tema: *Tenho nojo, tenho pavor/ Do dinheiro de alumínio/ O dinheiro sem valor/ Dinheiro do Juscelino* (Jesus 1960: 159).

é acompanhada por questionamentos à própria democracia. O poder do voto e a eleição dos chamados «representantes do povo» pareciam não valer grande coisa, dado que «o custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia» (Jesus 1960: 140).

Possivelmente, ao questionar o sistema político, passava por sua cabeça a ditadura varguista, e com ela o salário-mínimo e os direitos trabalhistas implantados por Getúlio Vargas, ou, quem sabe, uma esperança comunista, ideologia que ganhava terreno no movimento operário. E, segundo Carolina de Jesus (1960: 140), até entre a burguesia: «Antigamente era os operários que queria o comunismo. Agora são os patrões».

Porém, o que realmente a desesperava era a fome, como não podia ser diferente. A autora reafirma a sua posição de poeta, de «poeta do lixo», e, conseqüentemente, a sua missão de lutar pelos direitos daqueles que são esquecidos pelo poder público.

E o meu filho João José disse-me:

—Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:

—É que eu tinha fé no Kubstchek.

—A senhora tinha fé e agora não tem mais?

—Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

...Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (Jesus 1960: 49).

4. COMPRA DE VOTOS

Esses grandes atores do cenário político brasileiro são lembrados em diversas ocasiões. Afinal, quando está com fome, Carolina quer «matar o Janio», «enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos» (Jesus 1960: 42). Porém, dentre esses representantes, há também aqueles que fazem as leis, vereadores e deputados, que veem na favela um colégio eleitoral importante para a sua eleição. De acordo com a narradora, é somente nessa época quando eles aparecem pelo «quarto de despejo». Nas eleições de 1958, os moradores do Canindé tiveram «a visita do deputado

Dr. Paulo de Campos Moura, que nos deu feijão e ótimos cobertores. Que chegou numa época oportuna, antes do frio» (Jesus 1960: 58). São as esmolas, os benefícios individuais distribuídos por candidatos que aparecem de quatro em quatro anos. «O senhor Cantídio Sampaio [...] deixou boas impressões» lá, «candidatou-se a deputado e venceu. Mas na Camara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais» (Jesus 1960: 41).

Carolina Maria de Jesus insinua que a miséria não dá opção de escolha aos moradores da favela. É impossível não se vender por pouco quando não se tem nada e, o que é vendido, ou seja, o voto, não tem nenhum outro valor imediato perante a necessidade urgente de comer. Portanto, grosso modo, «o povo não está interessado nas eleições, que é o Cavalo de Troia que aparece de quatro em quatro anos» (Jesus 1960: 55). Assim, fome e política andam juntas, uma «alimentando» a outra.

Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: «Quem escreve isto é louco». Mas quem passa fome há de dizer:

—Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: «Tem mais?» Esta palavra «tem mais» fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.

[...] Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus 1960: 49).

5. UM PROBLEMA ESTRUTURAL

A invisibilidade dos pobres nos projetos de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, no orçamento público expressa a ineficácia do Estado brasileiro, idealizado para satisfazer as necessidades de uma pequena parte da sua população. Em *Quarto de despejo* isso é repetido em diversas ocasiões. O poder público é visto como um ente distante, do qual favelados, pobres e negros não fazem parte. As classes mais baixas são tratadas como um problema e, para

piorar, a solução deste «problema» é dada a partir de um profundo desconhecimento sobre essas próprias classes.

No dia 26 de junho de 1958, Carolina (1960: 92) anota em seu diário que fiscais «vieram requerer que os favelados desocupem o terreno do Estado onde eles fizeram barracões sem ordem», pois ali seria construído um parque infantil. Antes do começo das obras, «varias pessoas que tinham barracões aqui na favela transferiram para o terreno do Estado, porque lá quando chove não há lama». A autora expressa a sua incredulidade diante da situação, afinal, o terreno onde «agora o Zé Povinho está construindo barraco» abrigava, antes, casas de alvenaria que foram desapropriadas e demolidas pelo poder público. Ou seja, a fim de construir um parque infantil, o Estado destruiu casas em um espaço onde justamente faltavam moradias.

A citada invisibilidade dos pobres no orçamento público é manifesta quando comparada com outros usos do dinheiro estatal. Após descrever a alegria de mulheres da favela ao receberem «alguns pedaços de bolacha» que mendigavam na porta de uma fábrica de alimentos, Carolina comenta que «elas saem contentes como se fossem a Rainha Elisabethe da Inglaterra quando recebeu os treze milhões em joias que o presidente Kubstchek lhe enviou como presente de aniversário» (Jesus 1960: 79).

O descaso das autoridades é reiterado. A narradora, que no intuito de ganhar algum dinheiro também lava roupas em uma lagoa perto da favela, é impossibilitada de fazê-lo pela incapacidade do poder público em «enxergar» a população que ali vive. «O Serviço de Saude do Estado disse que a agua da lagoa transmite as doenças caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da agua» (Jesus 1960: 102). Após alguns dias, a água continua insalubre, a doença ataca a população local, no entanto, Carolina não tem opção.

Eu estava tonta de fome devido ter levantado muito cedo. Fiz mais café. Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remedio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito dificil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remedios (Jesus 1960: 127).

Em *Quarto de despejo*, a voz narradora manifesta uma clara consciência sobre a negligência do Estado brasileiro para com as classes populares. A invi-

sibilidade do subalterno provoca desespero em Carolina Maria de Jesus. A morte de um «pretinho bonitinho» em 1953 é lembrada pela autora. A causa foi a ingestão de carne contaminada que o rapaz encontrara no lixo. Mas a razão real foi a fome, que não dá opção a quem nada tem para comer. Da injustiça emerge a revolta. «Isto não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais» (Jesus 1960: 51).

No dia seguinte à anotação do episódio acima, Carolina lembra quando foi pedir ajuda ao Serviço Social, em junho de 1957, dado que estava doente, impossibilitada de trabalhar, e não queria ver os filhos passarem fome. A burocracia estatal salta aos olhos no relato, que, além disso, nos informa da incompetência governamental em tratar os mais pobres, a não ser através da força.

[...] fui pedir auxilio ao proplado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lagrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A unica coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres.

Fui no Palacio, o Palacio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antonio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palacio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é niponico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides:

—Eu vim aqui pedir um auxilio porque estou doente. O senhor mandou-me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o unico dinheiro que eu tinha com as conduções.

—Prende ela! (Jesus 1960: 53-54).

Ainda criança, Carolina Maria de Jesus vislumbrou uma imagem que acabaria por traduzir as agruras vindouras e que lhe serve como metáfora desta distância entre o poder público e o povo, entre o Estado e aqueles que estão à margem. Ao mesmo tempo, a descrição aponta para a fortaleza da protagonista, a sua força que, embora abalada em alguns momentos do diário, vem à tona sempre que preciso, talvez buscando uma construção literária que dê ritmo ao texto ou, quem sabe, simplesmente indicando a direção a seguir, de modo a não sucumbir pelo caminho.

Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe:

—O arco-iris foge de mim.

...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais (Jesus 1960: 69).

Ao longo do diário, a visão dos entes e autoridades governamentais pode oscilar de acordo com o momento histórico ou com a esfera de poder tratada (município, estado ou união). No entanto, em linhas gerais, o poder público é caracterizado como uma entidade distante, cujos representantes estão de costas para a autora e os seus iguais, os favelados. Observam-se os efeitos da macroeconomia, quase sempre negativos, no dia a dia da favela. Carolina Maria de Jesus tece ácidas críticas a partir da realidade que a cerca e mostra uma profunda «consciência do espaço e do lugar de enunciação que ocupa nas bordas do tecido social, como um sujeito marcadamente racializado e gendrado — um sujeito invisível, em termos de poder, em sua franca visibilidade racial e de gênero» (Almeida 2013: 152).

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores (Jesus 1960: 50).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus mostra uma percepção acurada do seu lugar de enunciação e da estruturação do poder no Brasil, apesar de a sua voz, conforme análise de Almeida (2013: 145), ter sido, primeiramente, recortada e editada; posteriormente, exotizada e fetichizada; e, finalmente, silenciada nos anos subsequentes.

Mais de sessenta anos depois da publicação do livro, as críticas ali contidas às instituições do Estado brasileiro e aos seus representantes permane-

cem, em grande medida, válidas. O poder público, hoje em dia, continua sem garantir a uma parcela representativa da população do país os direitos fundamentais a que a autora se refere ao longo da obra — direito à saúde, à moradia, à educação e à alimentação. Essa visão de Carolina Maria de Jesus somada ao seu processo criativo de escrita fazem com que *Quarto de despejo*, como disse Meihy (1998: 84), esteja entre aqueles livros que «perturbam a ordem e os poderes estabelecidos». Talvez por tudo isso ela tenha sido silenciada durante tanto tempo.

A atualidade de grande parte dessa percepção do poder público fez-se presente, por exemplo, na posse de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, no dia 1º de janeiro de 2023, quando o político assumia pela terceira vez o cargo. A sua equipe conseguira dias antes, no Congresso Nacional, a aprovação de uma proposta que garantia recursos para o pagamento de benefícios sociais às populações mais pobres, que haviam ficado de fora do orçamento aprovado pelo governo anterior. No discurso de posse, Lula disse que apresentou aquela proposta de emenda à constituição «porque não seria justo nem correto pedir paciência para quem tem fome. Nenhuma nação se ergueu nem poderá se erguer sobre a miséria de seu povo» (Silva 2023a). O governante, que passara fome na infância e fugira, junto com a mãe e os irmãos, da seca do sertão nordestino, destacou também a urgência em combater a fome e a desigualdade, «que é a mãe dos grandes males que atrasa o desenvolvimento do Brasil» (Silva 2023b).

Na ocasião, devido à recusa do anterior presidente da República em passar-lhe a faixa presidencial, Lula recebeu-a das mãos de diversos representantes do povo brasileiro (Azevedo 2023). Por obra do acaso, a encarregada de colocar a faixa sobre o seu peito foi Aline Sousa, 33 anos, mulher negra, mãe de 7 filhos e catadora de material reciclável, como Carolina Maria de Jesus. O acontecimento parecia ilustrar a história da escritora, que tem sido cada vez mais estudada e cujos trabalhos inéditos parecem que não tardarão em ver a luz.

O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a patria e ao país. Pensei: Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças (Jesus 1960: 38).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (2013). «Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial». Júlia Almeida; Adelia Miglievich-Ribeiro; Heloisa T. Gomes (org.). *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 139-155.
- AMARAL, Luiz Eduardo Franco do (2003). *Vozes da favela – representações da favela em Carolina de Jesus, Paulo Lins e Luiz Paulo Corrêa e Castro* [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Victoria [et al.] (2023). «Lula recebe faixa de criança, indígena, negro, mulher, operário e pessoa com deficiência em nome do “povo brasileiro”». *Folha de São Paulo*, 1º de janeiro [em linha] [10 de fevereiro de 2023] <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/lula-recebera-faixa-de-crianca-indigena-negro-e-mulher-em-nome-do-povo-brasileiro.shtml>>
- BAHIA, Luísa Arantes (2019). *Traduzindo culturas? O olhar estrangeiro sobre o Quarto de despejo [monografia]*. Juiz de Fora: Universidade de Juiz de Fora.
- DANTAS, Audálio (1993). «A atualidade do mundo de Carolina». Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Ática, 3-5.
- FARIAS, Tom (2021). «Língua de fogo». *Revista Quatro Cinco Um*, 48, 22-23.
- FERNANDEZ, Raffaella A. (2015). *Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus* [tese de doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- JESUS, Carolina Maria de ([1960] 2020). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Lisboa: VS Editor.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (1998). «Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio». *Revista USP*, 37. São Paulo: USP, 82-91.
- PEREGRINO, Miriane (2016). «Carolina Maria de Jesus e a ditadura do silenciamento». *História da Ditadura*, 18 de novembro [em linha] [10 de fevereiro de 2023]. <<https://www.historiadaditadura.com.br/post/carolina-maria-de-jesus-e-a-ditadura-do-silenciamento>>
- PERPÉTUA, Elzira Divina (2014). «A proposta estética em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus». *Scripta*, 18 (35), 255-266.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

- SILVA, Luiz Inácio Lula da (2023a). «Discurso de posse como presidente do Brasil no Congresso Nacional». *UOL*, 1º de janeiro de 2023 [em linha] [16 de janeiro de 2023]. <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discurso-integra.htm>>
- SILVA, Luiz Inácio Lula da (2023b). «Discurso de posse como presidente do Brasil na rampa do Planalto». *UOL*, 1º de janeiro de 2023 [em linha] [16 de janeiro de 2023]. <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-integra-discurso-rampa-faixa.htm>>
- VOGT, Carlos (1983). «Trabalho, pobreza e trabalho intelectual». Roberto Schwarz (org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 205-213.



Copyright © Breno Pentagna, 2023. This document is under a Creative Commons Attribution-Non commercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.